



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS -ICH
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

**EXPRESSÕES DAS MASCULINIDADES E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NA
ADOLESCÊNCIA**

Thayna Regina Nunes de Oliveira

Brasília, DF

2022

THAYNA REGINA NUNES DE OLIVEIRA

**EXPRESSÕES DAS MASCULINIDADES E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NA
ADOLESCÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de bacharel em Serviço Social, pela Universidade de Brasília – UnB, sob orientação do prof. dr. Leonardo Ortegá.

Brasília, DF

2022

ATA DE APROVAÇÃO

EXPRESSÕES DAS MASCULINIDADES E O EXERCÍCIO DA PATERNIDADE NA ADOLESCÊNCIA

A banca examinadora abaixo identificada aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, da Universidade de Brasília, da estudante

THAYNA REGINA NUNES DE OLIVEIRA

Banca examinadora:

Profº. Drº Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegal
Orientador - Departamento de Serviço Social SER/UNB

Prof.^a. M^a. Patrícia Cristina da Silva Pinheiro
Examinadora interna - Departamento de Serviço Social SER/UNB

Profº. Douglas Aparecido da Silva Gomes
Examinador externo - SEJUS/SES

Aprovado em:

31 de janeiro de 2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de registrar o meu imenso agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para o meu crescimento profissional e pessoal durante esse longo processo de escrita do meu trabalho de conclusão de curso.

Primeiramente à minha mãe, é ela que me inspira diariamente, a quem sou extremamente grata por tudo! Se estou me tornando uma mulher independente e sonhadora os créditos são todos dela!

À minha querida vó, que permanecerá eterna no meu coração e nas minhas memórias.

Ao Neil, meu companheiro de vida.

Aos meus amigos, que o Serviço Social me deu, especialmente a Rivka, Raquel e Antônio. Partilhar os melhores e piores momentos desta graduação com vocês foi incrível, com o companheirismo de vocês tudo se tornou mais leve. Conseguimos construir um laço de amizade muito forte e tenho muito orgulho de dizer que seremos companheiras de profissão e de vida!

Ao meu amigo e antigo supervisor de estágio, Douglas Gomes, você será sempre o meu diamante do Serviço Social! Obrigada pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e por fazer parte da sua vida.

À querida professora Patrícia Pinheiro, por ser uma inspiração e referência profissional com toda sua força, luta e dedicação contra as violações de direitos de crianças e adolescentes.

A UNISS, minha querida Unidade de Internação de Saída Sistemática, obrigada aos servidores que contribuíram com a minha atuação durante o período que realizei o estágio. Foi a realização de um sonho estagiar ao lado de profissionais tão qualificados e queridos, deixo meu agradecimento em especial a Carol, Luciana e Jaqueline.

Ao meu orientador, Leonardo Ortegá, obrigada por me acolher e por fazer esse processo mais leve, tenho certeza que não teria ninguém mais capacitado nesse debate que você!

À UnB, por possibilitar o meu ingresso em um espaço cheio de diversidade, que possibilitaram vivências e experiências únicas, além de auxiliar na minha permanência.

E a mim, é claro. Por todo o esforço e por não desistir.

*“É triste ver que os moleque da minha quebrada
Não teve a mesma sorte que eu, um pai presente
No país onde o homem que aborta mais, vai entender, né*

[...]”

Djonga- Bença

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| DF | Distrito Federal |
| ECA | Estatuto da Criança e do Adolescente |
| EUA | Estados Unidos da América |
| LA | Liberdade Assistida |
| LGBTQIA+ | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais e mais. |
| SUBSIS | Secretaria do Sistema Socioeducativo |
| SEJUS | Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania |
| SINASE | Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNISS | Unidade de Internação de Saída Sistemática |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|------------------|--|-------|
| Gráfico 1 | Primeiros resultados da busca sem critérios de inclusão e exclusão | p. 38 |
| Gráfico 2 | Fluxo de estudos realizado por meio da revisão sistemática | p. 38 |
| Gráfico 3 | Incidência dos documentos selecionados por ano | p. 40 |

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso constitui em uma pesquisa quali-quantitativa, baseada em uma revisão bibliográfica e uma revisão sistemática, acerca das expressões das masculinidades e da paternidade na adolescência. A partir dessa pesquisa, buscou analisar as produções realizadas no âmbito nacional. Pretendeu possibilitar a compreensão dos conceitos de masculinidade hegemônica, masculinidades alternativas, adolescência e paternidade, além de trazer uma breve historicização dos marcos legais a respeito da adolescência. O objetivo foi analisar como a literatura aborda a construção social da masculinidade e a relação que a masculinidade tem com o exercício da paternidade na adolescência. Através desse trabalho, foi possível identificar uma carência nos estudos sobre as masculinidades alternativas e a paternidade na adolescência, quando comparados aos estudos de masculinidade hegemônica e da maternidade. Destacam-se também alguns fenômenos que influenciam na decisão do adolescente para ser pai, que podem surgir a partir de razões individuais ou do social. Deste modo, conforme como o discurso da masculinidade é inserido no contexto sociocultural do adolescente, este pode se tornar um dos fatores que motivam a paternidade.

Palavras-chave: Masculinidades; Patriarcado; Paternidade adolescente.

ABSTRACT

This paper is constituted by quali-quantitative research based on both bibliographic review and systematic revision, about the masculinity expressions and paternity during adolescence. In the research were analyzed national papers. Furthermore, this paper intended to facility the comprehension from the following concepts: hegemonic masculinity, alternative masculinity and paternity in adolescence. Moreover, it brings a brief historicization about the legal frameworks in adolescence. The objective was to evaluate how the literature approaches the social construction of masculinity and it's relation with the exercise of paternity in adolescence. Along the construction of this work, it was possible to identify a lack of studies regarding alternative masculinity and paternity during adolescence in comparison to those about hegemonic masculinity and maternity during adolescence. In addition, some phenomenon that influences on the adolescent's decision to initiate paternity are highlighted. These phenomena can be generated by individual or social reasons. Therefore, as the masculinity speech is placed on the youngsters sociocultural context it can constitute in one of the factors that motivates paternity.

Keywords: Masculinities; Patriarchy; Adolescent fatherhood.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES..... | 16 |
| 1.1- A masculinidade hegemônica..... | 16 |
| 1.2- Masculinidades alternativas..... | 20 |
| 1.3– Masculinidades negras | 21 |
| CAPÍTULO 2 – O PERÍODO DA ADOLESCÊNCIA | 25 |
| 2.1- Um breve apontamento sobre os estudos e a legislação da adolescência | 26 |
| 2.2 – Sistema socioeducativo e masculinidades..... | 29 |
| 2.3 – Impactos da masculinidade na adolescência | 32 |
| CAPÍTULO 3 – ENCAMINHOS DA PESQUISA: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA | 35 |
| 3.1 Primeira etapa | 35 |
| 3.2 Segunda etapa | 36 |
| 3.3 Terceira etapa | 37 |
| CAPÍTULO 4 – ESTUDOS SOBRE A PATERNIDADE..... | 40 |
| 4.1– Exercício da paternidade na adolescência..... | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 44 |
| REFERÊNCIAS..... | 46 |

INTRODUÇÃO

Desde os anos sessenta nos países ocidentais, o conceito de masculinidade hegemônica começa a ser estudado, debatido, criticado e repensado. Os estudos sobre masculinidade, afirmam que o conceito da masculinidade hegemônica foi exclusivamente predominante por um longo período, mas que esse modelo vem sendo repensado pelos próprios homens, por não se sentirem representados pelos valores propagados através da hegemonia. Todavia, as expressões da masculinidade hegemônica ainda são propagadas e influenciam de forma negativa na vida das pessoas que fogem da curva hegemônica, independentemente da idade, raça/cor ou identidade de gênero.

A adolescência é uma fase da vida humana na qual existe uma diversidade de conceitos, seja por faixa etária ou questões sociopsicológicas. É um período que sofre influência das expressões da masculinidade. A escola e o ambiente familiar são considerados ambientes socializadores para o período da adolescência. No ambiente escolar, se o adolescente não faz parte do grupo que sabe jogar futebol, ou dos que sexualizam as mulheres e que tenha atitudes homofóbicas, é considerado um adolescente fora da curva da virilidade propagada pela masculinidade. Este adolescente começa a ser enxergado como “menos homem” pelos demais colegas, e é associado à homossexualidade de maneira negativa. Só de haver uma suspeita sobre a não heterossexualidade do adolescente, é o suficiente para que atitudes homofóbicas sejam praticadas contra este (SANTOS; DINIS, 2017). Essa e outras situações influenciam diretamente na saúde mental de jovens e adolescentes.

Ao longo das últimas décadas, a gravidez na adolescência é uma área de estudo que vem tendo bastante visibilidade dentro do âmbito acadêmico, no entanto o objeto de estudo normalmente são as mães adolescentes. O papel do pai adolescente começa a ser mais estudado e incluído no processo da gravidez através de algumas políticas públicas e ações voltadas para este grupo. Na literatura, surgem alguns temas que possibilitam repensar o papel do pai, seja no período da adolescência ou em uma outra fase da vida.

Os estudos sobre masculinidade e adolescência vem se consolidando nos últimos anos. Esses estudos são realizados principalmente dentro do ambiente escolar, utilizando a metodologia de entrevistas com os adolescentes. Proporcionando uma maior visibilidade para os adolescentes e um ambiente de troca de saberes.

É nesse contexto que surge a *questão de partida* deste trabalho: Como se dá a interferência da construção social da masculinidade no exercício da paternidade na adolescência?

Para auxiliar no processo de construção deste trabalho, foi delimitado seguinte *objeto de pesquisa*: Adolescentes que vivenciam a paternidade. Teve como *objetivo geral* realizar uma revisão bibliográfica acerca do tema masculinidade e paternidade na adolescência. E foram eleitos *dois objetivos específicos*:

- a) Pesquisar referências bibliográficas que estudem a construção da masculinidade, além da paternidade na adolescência e os seus respectivos conceitos;
- b) Compreender, contextualizar e problematizar os principais fatores que influenciam a paternidade na adolescência identificados no levantamento bibliográfico.

Para que fosse possível responder a esta questão foi formulada a seguinte *hipótese*:

As expressões das relações patriarcais de gênero¹ disseminadas pela masculinidade hegemônica, desde antes do nascimento de uma pessoa, se intensificam a cada ciclo de vida, a depender do espaço sócio-ocupacional em que o indivíduo que convive. Na adolescência, estas expressões podem se tornar um fator que influencia diretamente no modo como os/as adolescentes vivenciam as suas relações sociais. As manifestações propagadas pelas masculinidades podem ser observadas desde as brincadeiras, nas quais ensinam em que meninos não brincam de bonecas. Até em relação as práticas de cuidado e as expressões dos sentimentos, características que frequentemente são atribuídas ao gênero feminino. Para os homens, espera-se que adquiram a questão da frieza, a violência e do papel de dominador. Essas expressões da masculinidade também são perceptíveis na adolescência, o desejo de se reafirmar o mais cedo enquanto um homem adulto, e conquistar um novo modelo de “poder” através de novas responsabilidades, pode ocasionar em alguns adolescentes o desejo de serem pais.

A respeito da *metodologia*, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, pois é composto por uma pesquisa bibliográfica e uma revisão sistemática descritiva, sendo utilizado também a técnica de levantamento de dados. Foi realizado um levantamento bibliográfico, a fim de conceituar os temas e trazer autores que são relevantes para o debate. Fazem parte desse levantamento bibliográfico os capítulos 1, 2 e 4. No terceiro capítulo, apresenta-se os resultados obtidos através da revisão sistemática, utilizando a base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Verificou-se a incidência dos estudos sobre a paternidade

¹ Estas expressões de relações patriarcais de gênero são referenciadas aqui no modelo binário, feminino e masculino.

na adolescência e a masculinidade, dos anos de produção e os temas abordados, com a finalidade de compreender como que a literatura aborda o tema deste trabalho.

Para realizar a revisão sistemática, foi necessário estabelecer alguns critérios de seleção. Neste trabalho foi utilizado os conceitos descritos no estudo de Tranfield, Denyer e Smart (2003). Estes autores propõe um método de análise das revisões sistemáticas através de três estágios, que são: planejamento e revisão, condução da revisão e apresentação dos resultados.

Um dos critérios de seleção dos documentos foram as palavras-chaves, inseridas no campo de “índice de assuntos” na base de dados SciELO, os quais foram: paternidade na adolescência, adolescente pai, paternidade adolescente, masculinidade e adolescência, masculinidade e paternidade na adolescência, masculinidade, masculinidade hegemônica, masculinidade subalterna, construção social das masculinidades, masculinidade negra, masculinidade alternativa, conceito de adolescência. Essas palavras-chaves foram escolhidas com o intuito de proporcionar uma ampliação na busca de documentos, mesmo que algumas palavras-chaves sejam similares. Utilizou-se também os seguintes filtros: de coleção “Brasil”, o idioma “Português” e os anos de publicação de 2000 a 2021.

É importante contextualizar que devido ao momento pandêmico por conta da Covid-19, este Trabalho de Conclusão de Curso sofreu algumas alterações. A princípio seria abordado o tema: “Expressões das masculinidades e o exercício da paternidade no sistema socioeducativo”. Mas no início da pandemia, no ano de 2020, as entrevistas voltadas para adolescentes privados de liberdade haviam sido restritas. Então, visando permanecer com a pesquisa e preservando a saúde de todas e todos que poderiam estar envolvidos, foi necessário alterar o tema, sendo agora: “Expressões das masculinidades e o exercício da paternidade na adolescência: uma revisão bibliográfica”, retirando o procedimento de entrevistas com os adolescentes socioeducandos, anteriormente previstas. Apesar desta alteração no tema, foi mantido o subtítulo “Sistema socioeducativo e masculinidades” do Capítulo 2. Este subtítulo fala a respeito da experiência com adolescentes do sistema socioeducativos internados na Unidade de Saída Sistemática – UNISS, do Distrito Federal – DF. E foi mantido na estrutura deste TCC, devido a importância desta experiência para a construção desta pesquisa.

A *justificativa* para a elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso se deu a partir da minha experiência durante a realização do estágio obrigatório em Serviço Social na UNISS, no segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019. A UNISS é localizada na região administrativa do Recanto das Emas no Distrito Federal - DF.

Na UNISS estagiei em parceria com o Assistente Social Douglas Gomes, o qual foi o meu supervisor de campo. O público-alvo da Unidade são adolescentes e jovens que estão cumprindo o final de suas medidas socioeducativas. Os adolescentes são encaminhados de outras Unidades de Internação do Distrito Federal, para que possam cumprir as suas saídas sistemáticas na UNISS. Caso não haja vaga, os adolescentes cumprem as saídas sistemáticas na sua Unidade de Internação de origem, pois a UNISS tem um limite de lotação.

Durante todo o período de estágio trabalhei apenas com jovens de 18 a 21 anos². As demandas destes jovens eram diversas, mas teve uma que chamou a atenção, e essa demanda foi o foco do meu projeto de intervenção de estágio e também o tema principal deste TCC. A demanda que chamou atenção foi o fato de terem muitos jovens que eram pais e que em sua maioria, foram vivenciar a paternidade enquanto estavam cumprindo a medida socioeducativa. A partir desta demanda, foi possível criar e implementar o meu projeto de intervenção. Realizei um cine debate com os jovens que foi constituído por quatro encontros, os quais tiveram a participação de convidados externos, na época todos graduandos da Universidade de Brasília. Foram abordados os temas de educação sexual, racismo, paternidade na adolescência e masculinidades.

Uma outra motivação foi o fato de observar que a paternidade na adolescência tem estudos escassos, em comparação aos estudos sobre a maternidade. A sociedade ainda tem a concepção de que a responsabilidade da gravidez é em sua grande parte da mulher, deixando de lado por vezes a participação do pai e isso reflete na produção científica deste tema. E são esses fatores que influenciaram na escrita deste TCC.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo visa contextualizar a construção social das masculinidades, trazendo autores internacionais e nacionais, como a Raewyn Connel, Michael Kimmel, Marcel de Almeida Freitas, Deivison Nkosi, Sócrates Nolasco, entre outros. Além de apontar a existência das masculinidades alternativas, como forma de enfrentamento ao padrão hegemônico. O segundo capítulo busca historicizar a trajetória da infância e da adolescência no Brasil e também internacionalmente, além de relatar como que a literatura aborda os impactos das masculinidades na adolescência. São apresentados alguns autores principais como a Irene Rizzini, Philippe Ariès e Vicente de Paula Faleiros. O terceiro capítulo visa apresentar os resultados coletados através da revisão sistemática. O quarto capítulo discorre sobre o conceito de paternidade e também sobre como a literatura aborda a vivência da paternidade

² O Estatuto da Criança e do Adolescente afirma no parágrafo único do art. 2: "Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade." E, na Seção VII, que aborda sobre a medida socioeducativa de internação, no seu art. 121 parágrafo quinto diz: "A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade".

na adolescência, neste capítulo será utilizado alguns autores, como o José Luiz Cardoso Lyra da Fonseca e Daniela Centenaro Levandowski. Em seguida é apresentado as considerações finais, descrevendo os resultados obtidos nesta pesquisa e que há uma necessidade da ampliação dos estudos sobre paternidade e masculinidade na adolescência, devido a baixa produção desta temática. Destacam-se também alguns fenômenos que influenciam na decisão do adolescente para ser pai, que podem surgir a partir de razões individuais ou do social. Deste modo, conforme como o discurso da masculinidade é inserido no contexto sociocultural do adolescente, este pode se tornar um dos fatores que motivam a paternidade.

CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS MASCULINIDADES

A história da construção social das masculinidades envolve uma diversidade de mecanismos sociais, como a família, a igreja, a escola, a cultura, os indivíduos, entre outros. Mecanismos esses que a depender de como expressam as masculinidades, poderão se tornar um meio que fortalece as expressões da masculinidade ou uma alternativa de rompimento de determinados padrões. Neste capítulo será abordado a maneira como as masculinidades refletem na relação patriarcal de gênero, na identidade e nas relações pessoais dos homens com base na literatura. Este trabalho irá utilizar uma perspectiva de cisgeneridade, visto que as produções de masculinidades trans ainda são bastante escassas.

Para iniciar o debate nesta pesquisa é necessário entender que não existe apenas um único conceito ou uma única forma de expressar as masculinidades. A depender de cada cultura, sociedade, raça/cor, entre outros, haverá uma distinção na conceituação e na forma de expressá-la, devido a diversidade que se tem na sociedade. Nos subtítulos a seguir serão abordados os conceitos de masculinidade hegemônica, escrita no singular, as masculinidades alternativas, escritas no plural, e sobre as masculinidades negras.

1.1- A masculinidade hegemônica

Nos primeiros estudos a respeito das masculinidades, é predominante a ideia de uma masculinidade hegemônica, que remete a ideia de um masculino ideal. Este homem ideal é o heteronormativo³, branco, que detém poder, faz parte da classe social média/alta, é o provedor da família, é viril, além de diversos outros aspectos. O conceito de hegemonia, utilizado na masculinidade é formulado através da ideia de Gramsci, que diz respeito da

³ O conceito de heteronormatividade, segundo Petry & Meyer (2010), caracteriza-se como: “A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade. De acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho.” (p.195)

Complementando ainda, para Santos & Dinis (2013) sobre heteronormatividade: “heteronormatividade justifica-se nas instituições que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e “naturais” dentro da sociedade. O termo tem sido usado também na exploração e crítica às normas tradicionais de sexo, identidade de relações patriarcais de gênero, papel social de relações patriarcais de gênero e sexualidade, e das implicações sociais destas instituições” (p.131).

“política de dominação e subordinação das relações entre as classes sociais” (GRAMSCI apud FREITAS, 2002).

Nessa definição de masculinidade hegemônica, as relações sociais são pautadas a partir de uma relação de poder. A virilidade é um elemento importante da masculinidade hegemônica, sendo associados à posição de controle, conforme relata Rosa (2006). As pessoas que não se enquadram nos critérios hegemônicos são denominadas como subalternos, como por exemplo as mulheres, os pobres, os homossexuais, os negros, as pessoas trans, entre outros (SOUZA, 2009). Ao longo dos anos, a partir de diversos estudos, debates, conferências, grupos reflexivos, pode-se ter uma crítica em torno dessa conceituação.

A masculinidade hegemônica subentende outras masculinidades submetidas a ela numa relação de subordinação, sendo esta assimetria consensualmente vivenciada pelos sujeitos sociais, onde os dominados (estas outras maneiras de ser masculino e todos os 'femininos') participam de sua própria dominação na medida em que defendem (verbal e comportamentalmente) a legitimidade de apenas uma masculinidade (FREITAS, 2002, p. 38).

Botton (2007) afirma que as masculinidades nos dias atuais são um campo de estudos “de todos e de ninguém”, pois diferentemente de alguns objetos de estudo, essa temática não está atrelada a apenas uma área de conhecimento, possibilitando assim inúmeras visões acerca das masculinidades nas diversas áreas de estudos. Para Souza (2009), a maior parte dos estudos realizados sobre o tema masculinidades, escrito por autores brasileiros/ as são produzidos na área da Psicologia e da Saúde Coletiva.

No Brasil, conforme relata Freitas (2002), os estudos sobre masculinidades tiveram uma grande influência da luta dos movimentos feministas, os quais começaram a ter sua ascensão nos anos sessenta durante o período da ditadura civil-militar. As pautas feministas ganham mais espaço no momento em que passa a ter uma abertura política no Brasil, e grande parte dos movimentos sociais começam a se declarar feministas (SARTI, 1988). A discussão sobre a luta contra o autoritarismo e das desigualdades de relações patriarcais de gênero, passam a servir como referência aos homens, principalmente aos que não se enquadram e não querem perpetuar os padrões do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (CISNE & SANTOS, 2018).

Diante disso, advindo de uma preocupação dos próprios homens durante a década de oitenta, os estudos sobre as masculinidades começaram a ser consolidados refletindo sua condição de homem perante a sociedade e desconstruindo a ideia da masculinidade

hegemônica. Souza (2009), afirma que foi durante os anos 70 que surgiram os primeiros estudos sobre a masculinidade. Nos anos 80 ganha status de campo teórico nos países anglo-saxônicos⁴ e apenas nos anos 90 que são publicados os primeiros textos a respeito da masculinidade no Brasil.

O feminismo aparece como referência reflexiva para os homens que estão revendo a condição masculina, como também para os grupos que sofrem discriminação racial e de escolha sexual, como é o caso de negros e homossexuais. Contudo, caracterizar a organização dos Grupos de Homens por meio do que aconteceu com as mulheres, negros e homossexuais é cometer um engano de reduzi-la às características de um movimento político, coisa que ela, nesta definição inicial, não é (NOLASCO, 1993, p.20).

O termo sistema heteropatriarcal-racista-capitalista, empregado anteriormente, é referenciado por Cisne & Santos (2018). Segundo as autoras, se for realizado uma análise a respeito da formação sócio-histórica e econômica da sociedade brasileira, é possível identificar que esses três sistemas, o heteropatriarcado, o racista e o capitalista, se fundiram em um único. E essa fusão se torna bastante funcional para a produção e reprodução do capital e também para a masculinidade hegemônica, visto que são três pilares que a masculinidade visa estabelecer, para que assim o sistema hierárquico promovido através das desigualdades, possa ser mantido.

Queremos dizer que essas dimensões (sexo/sexualidade, raça/etnia e classe) determinam, em grande medida, as múltiplas relações sociais que nos compõe e que estabelecemos, seja por gerar situações desiguais entre indivíduos nas relações interpessoais e oferecer situação de privilégio a alguns em detrimento de outros (as), seja por estruturar relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro. (CISNE e SANTOS, 2018, p. 26).

Um outro conceito importante para este debate e em que é preciso ter uma criticidade a respeito, é sobre a categoria de gênero. Para muitos estudiosos se resume a apenas uma categoria de análise, porém de acordo com Saffioti (2004), o termo gênero também diz respeito a uma categoria histórica. As autoras Saffioti (2004), Cisne e Santos (2018), ao falarem sobre a categoria de gênero, optam por empregar o termo relações patriarcais de gênero, e neste trabalho também será utilizado este termo.

⁴ Os países anglo-saxônicos são os Estados Unidos e o Canadá.

Para analisarmos a sociedade em que vivemos, é importante nomear de quais relações de gênero falamos. No caso, relações patriarcais de gênero, que dizem respeito as relações hierarquizantes de opressão e exploração entre os sexos, as quais estão ainda fortemente presentes na sociedade, daí a importância de considerarmos o patriarcado quando refletimos criticamente sobre as relações de gênero. (CISNE e SANTOS, 2018, p.45).

Contudo, a conceituação de masculinidade hegemônica não abarca a historicidade das relações patriarcais de gênero e ignora toda sua pluralidade e transformações, entre esse e outros motivos é que surge a necessidade de questionar a concepção de hegemonia nas masculinidades.

A influência da masculinidade hegemônica perpassa a vida do homem antes mesmo do nascimento e percorre até sua vida adulta. Influenciando em diversos aspectos como por exemplo na sua saúde. De acordo com Souza (2009), a forma como é feita a construção social da masculinidade hegemônica traz consigo particularidades que são perigosas para os próprios homens, pois para conseguirem reconhecimento é preciso que os homens se exponham, e essa exposição é realizada através de situações que colocam a sua saúde e sua segurança sob risco.

Desde a infância os meninos são incentivados a terem condutas dominantes e de hierarquização. Esse incentivo parte através do processo de socialização, o qual é ensinado determinados valores, ações, e comportamentos que são culturalmente considerados ideias para seu gênero (SOUZA, et al. 2017). É dito o que pode e o que não pode fazer, se não o tão sonhado “status de homem” não será designado a ele. Um homem só é considerado como tal, para a masculinidade hegemônica, se este não demonstrar sentimentos, se demonstrar ser agressivo constantemente, ou qualquer outro comportamento que os identifiquem com o estereótipo de machão (NOLASCO, 1993). Essa teoria está atrelada intrinsecamente a padrões homofóbicos, machistas e racistas⁵. Os homens, hetero e cis, temem serem considerados como homossexuais. (NOLASCO, 1993).

Ser homem significa não ser feminino; não ser homossexual; não ser dócil, dependente ou submisso; não ser efeminado na aparência física ou nos gestos; não ter relações sexuais nem relações muito íntimas com outros homens; não ser impotente com as mulheres (BADINTER, 1992 apud SALGUEIRO, 2016, p.61).

Diante disso, para essa conceituação de masculinidade hegemônica, ser homem é uma constância da anulação de tudo que remete ao ser feminino. É uma perspectiva violenta

⁵Essa teoria também está vinculada com a justificativa da homofobia.

para os próprios homens que fogem dessa curva, é perversa para as crianças e os adolescentes, e reproduz diversas competições consigo mesmo e com seus pares. Esse ideal que é tanto pregado pela masculinidade hegemônica é “uma resposta cultural acabada e inalcançável, servindo apenas como um efeito controlador” (Almeida apud Freitas, 2002). Conforme Rosa (2006) afirma, a masculinidade hegemônica não inclui a maioria dos homens, mas somente uma parcela que considera a masculinidade seja generalizável como concepção do que é ser homem.

1.2- Masculinidades alternativas

A masculinidade hegemônica (branca e heterossexual), de acordo com Souza (2014) e Souza (2009) passa a ser problematizada por parte dos movimentos feministas, gay e negro durante as décadas de 60 e 70. Estes movimentos sociais buscaram a partir das discussões sobre sexo, raça e gênero definir o seu espaço. Começaram a se organizarem para contestar o preconceito que sofriam, propondo outras maneiras de expressar o comportamento como enfrentamento. A partir de então, estabelecem uma discussão acerca das masculinidades alternativas. Surgindo as primeiras indagações no âmbito acadêmico, mostrando diversas reflexões, como por exemplo ao afirmarem que nas sociedades urbanas ocidentais, a masculinidade é uma experiência coletiva, tendo suas práticas sociais masculinas passíveis de mudanças, conforme a região, origem, classe, raça, religião, entre outros (SOUZA, 2014). Sendo assim, Souza (2009) relata que os homens não possuem ou não compartilham igualmente do poder, e não podem ser considerados como um monobloco.

Talvez isso signifique que a masculinidade, ao contrário de estar em crise, se tornou uma questão a ser pensada e debatida. Algo que era entendido como natural, o poder do 'macho', passou a ser questionado, objeto de crítica, ou melhor, problematizado por homens e mulheres. (FREITAS, 2002, p.39)

Nesta pesquisa, será utilizado o termo de masculinidades alternativas, por não concordar com o termo de masculinidade subalterna. Acredito que este termo reforça mais o padrão de hierarquia propagado pela masculinidade hegemônica. Todavia, vale destacar que é bastante utilizado o termo de “subalternidade” por estudiosos, devido à grande influência do conceito de Gramsci.

Kimmel (1998), sociólogo americano especializado em estudos de relações patriarcais de gênero, ao debater sobre masculinidades subalternas e hegemônicas aponta uma

comparação com o desenvolvimento econômico. A sua explicação é baseada no exemplo da criação das cidades metropolitanas, as quais foram construídas simultâneas com a das periferias. Associa-se então com o debate da masculinidade hegemônica, em que no contexto da sua ascensão teve como oposição ao mesmo tempo das demais masculinidades consideradas subalternas, pelos demais homens que não se enquadravam no padrão da hegemonia.

De acordo com Aboim (2017), a partir desse movimento de reflexão que surge entre os homens, pode-se ter uma compreensão acerca da diversidade, a qual começa a ser uma ferramenta essencial de desconstrução do falso masculino universal, propagado pela masculinidade hegemônica. Tendo agora a concepção de que a masculinidade não é universal e tampouco estática. A autora também comenta que essa noção crítica sobre as masculinidades, sem dúvidas foi um quesito revolucionário para o campo dos estudos de gênero e também na crítica dos modelos dominantes existentes.

É importante e relevante destacar o comentário que Souza (2009) faz sobre a reação dos considerados subalternos em relação a desqualificação e opressão que vivenciam a partir da hegemonia. O autor afirma que estes apontados como portador de uma masculinidade subalterna não assistem pacientemente a esta opressão. Eles protestam de diversas formas, podendo ser tanto de maneira politicamente organizada, como também através de enfrentamento direto.

1.3– Masculinidades negras

Ao longo dos anos, o tema raça dentro das masculinidades vem sendo abordado na literatura e também entre os próprios homens negros, entretanto ainda são abordados de maneira acanhada, sendo estudos bastante pontuais. De acordo com Souza (2009), apesar de no Brasil tenha pouquíssimos trabalhos específicos sobre as masculinidades negras, esta masculinidade a todo momento foi motivo de preocupações por parte intelectuais das inúmeras áreas do pensamento social brasileiro, desde o final do século 19.

Do mesmo modo que não existe apenas uma masculinidade hegemônica, as masculinidades negras também têm uma multiplicidade de interpretações e vivências. Um dos pontos de partida importante para essa discussão é a respeito das limitações que são geradas devido ao racismo e como isto influencia na construção das masculinidades negras (NKOSI, 2014).

Conforme Souza (2009) as desigualdades e a desqualificação da masculinidade negra iniciam-se na infância dos homens negros. As crianças pobres e negras são vistas, segundo o autor, como problemáticas e normalmente irrecuperáveis. Ele é fruto de uma família que é também problemática, “desestruturada”, pois essa criança é proveniente de uma família que já pode imaginar que o pai é ausente. De acordo com Carvalho (apud SOUZA, 2009) “estes meninos são menos elogiados e encorajados pelos professores em comparação com os meninos brancos, e em relação as meninas negras e brancas também”. E diante disso, o autor conclui que desde muito novos os homens negros são percebidos como um problema e que não é digno que mais investimentos, e nisto inclui o afeto.

Para o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista e a hegemonia, o homem negro representa uma constante ameaça. “Os jovens negros despertam temor sobretudo quando estão em grupo, são eles os indivíduos suspeitos alvos das blitzes policiais” (RAMOS, 2004 apud SOUZA, 2014). Souza (2009), descreve que quando um homem negro não está em uma posição submissa, este está fora de controle, tornando-se uma ameaça e neste caso é provável que seja exterminado fisicamente. Perante o exposto, o autor afirma que as representações da masculinidade negra são perigosas e são repetidas através dos meios de comunicação, dando um destaque para os noticiários policiais.

O convívio entre homens brancos e negros são marcadas pela disputa e o prestígio da masculinidade, de acordo com Souza (2014). Isto faz que exista necessidade constante de impor um sistema de subalternidade por parte da elite branca para que consiga oprimir as outras masculinidades, especialmente a masculinidade negra, segundo o próprio autor.

Contudo, ao mesmo tempo em que o homem negro é considerado uma ameaça, ele também é invisibilizado e violentado em diversos aspectos. A sua invisibilidade se dá, por exemplo, no ambiente de trabalho quando não pode ocupar funções que socialmente são destinadas aos demais homens brancos, impossibilitando que este homem negro seja considerado o provedor de sua família, por exemplo, visto que o acesso ao trabalho e o salário não são igualitários.

A violência aparece também em diversos âmbitos, sendo de maneira sutil⁶ ou mais explícita, e está presente na maior parte das relações em que um homem negro possa tentar

⁶ O termo “sutil” empregado se refere ao que Libardi e Castro (2014) descrevem no artigo “Violências “sutis”: jovens e grupos de pares na escola”. Ao adotarem o termo sutil, as autoras ressaltam que há outros tipos de situações de violência que não envolvem danos físicos ao corpo, segundo as mesmas a literatura chama essas violências de “violência implícita”. Mas as autoras consideram que categorizar essa violência apenas como implícita pode dar o entendimento que ela é menos intensa que a violência física. Então, consideram mais apropriado a nomenclatura “sutil”, por acreditarem que contempla a forma tomada pela violência, sendo velada, não revelada, não explícita, entre outros. Expressando assim com precisão o conteúdo de violência. Por isso, essa nomenclatura foi escolhida para estar sendo utilizada neste trabalho.

ter em uma sociedade heteropatriarcal-racista-capitalista. É, também, constantemente discriminado por sua raça/cor, além de ser marginalizado pela sociedade taxado sempre como suspeito, criminoso e/ou violento.

A perversidade da hegemonia também afeta as suas relações amorosas, tendo diversas dificuldades para corresponder as masculinidades não apenas aos olhos de outros homens, mas também aos olhos de uma mulher negra.

No caso da mulher negra, (...) o homem negro, para ser atraente, ou é um dominador mais rústico e violento que ela, ou lhe parecerá um frouxo. Este homem negro barrado socialmente pelo racismo, impossibilitando de assumir a função de provedor, mas, ao mesmo tempo, imerso nos ideais alienados que o colonialismo o reservou (comedor, vagabundo, violento etc.) encontrará dificuldades de corresponder às expectativas de masculinidade também aos olhos da mulher negra (NKOSI, 2014, p.89).

Parte da sociedade espera que os homens negros tenham uma super virilidade e que a demonstrem sempre. Se um homem branco não pode demonstrar fraqueza, o homem negro muito menos, isto tem uma influência em relação a sexualidade e identidade de gênero dos homens negros. Não se espera e não é desejado, aos olhos da masculinidade hegemônica, que homens negros fujam da curva da “virilidade heterossexual cisgênero”. Se um homem negro cis e hetero é invisibilizado devido a diversas desigualdades sociais existentes e não é considerado dentro do padrão de “homem ideal”, quando este homem negro faz parte da comunidade LGBTQIA+, a sua existência gera um grande incomodo para o padrão hegemônico, pois vai ao contrário de tudo que é propagado. De acordo com Nkosi (2014), espera-se que o homem negro seja “macho ao quadrado” em todas as situações e somente a partir destes atributos será reconhecido como um homem.

O negro que por algum motivo não corresponda a alguns destes estereótipos vivencia um sofrimento psíquico intenso, pois além de não ser reconhecido como homem por ser negro, não consegue ser reconhecido como homem negro em todos os atributos reificados que envolvem este reconhecimento. O sentimento de inferioridade aqui não pode ser compensado pelos fetiches socialmente disponíveis e restará apenas um insuperável sentimento de desajuste. Continuará sendo invisível, ou inferiorizado aos olhos do racismo, mas condenado a ser um desvio entre os desviados. (NKOSI, 2014, p. 92)

Com base nesse imaginário social que se tem sobre as representações do homem negro, é constituído alguns personagens estereotipados que são representados a partir do cinema, jornais, revistas, literaturas, telenovelas, entre outros (SOUZA, 2009). Um exemplo de personagens criados é o do Neguinho e o do Negão. O Neguinho é o homem submisso,

mais infantilizado, considerado fraco, pouco atraente e que não tem grandes desejos sexuais. Já o Negão é o contrário ao Neguinho, é o personagem hipersexualizado, fisicamente forte e viril, e é ele que gera uma maior ameaça ao homem branco devido ao seu insaciável apetite sexual, a qual a mulher branca não resiste (SOUZA, 2009).

É notório o quão assustador e violento é este padrão hegemônico na vida da população que não se enquadra no ideal propagado. Souza (2014), afirma que se antes existia os linchamentos, castrações e enforcamentos para manter longe os homens negros da disputa de poder e das mulheres, sendo estes alguns mecanismos considerados ilegais. O autor também relata que atualmente se tem mecanismos legais que fazem este papel, como por exemplo os equipamentos de repressão para a manutenção do poder. Mas que mesmo diante dessa constante opressão os homens negros, e também os homens gays e as mulheres, vem demonstrando resistência e apontando a ilegitimidade deste poder.

CAPÍTULO 2 – O PERÍODO DA ADOLESCÊNCIA

A adolescência é um período de grandes transformações, para Carvajal (1998) é o período de mudanças e crises mais turbulenta do ciclo da vida. De acordo com León (2005, p.10): “O conceito de adolescência corresponde a uma construção social, histórica, cultural e relacional, que através das diferentes épocas e processos históricos e sociais vieram adquirindo denotações e delimitações diferentes”. Isto é, como exposto no capítulo anterior, sobre o conceito das masculinidades não ser apenas um único, um conceito hegemônico. A adolescência também é pautada em um conceito plural e diverso, que a depender de múltiplos fatores altera a forma de um adolescente se expressar, tendo assim, “diversos mundos e diversas maneiras de ser adolescente” (SERRA, 1997 apud FERREIRA, FARIAS & SILVARES, 2010). Sendo assim, a teoria que trabalha sobre este estudo não consegue abarcar toda a complexidade e diversidade da adolescência, mas apontam caminhos norteadores para estudos a respeito deste conceito (LARANJEIRA; OLIVEIRA & ROLIM, 2021).

No Brasil, com base em algumas legislações voltadas para as crianças, adolescentes e jovens, é delimitado a faixa etária para cada fase. A partir da lei n 8.069 de julho de 1990 denominado como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o período da adolescência é considerado entre doze e dezoito anos de idade. Há também o Estatuto da juventude que considera o jovem a pessoa entre quinze a vinte e nove anos. Essa categoria da faixa etária altera-se em relação a cada contexto social, por exemplo, para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a adolescência começa a partir dos dez anos e termina aos dezenove anos⁷. Neste trabalho não será utilizado apenas esta categoria para analisar a adolescência, porém é uma categoria necessária para delimitar algumas observações iniciais (LEÓN, 2005). Visto que “para caracterizar a adolescência é necessário somar os determinantes socioculturais com os biológicos específicos” (CAMPOS, 1987 apud LARANJEIRA; OLIVEIRA & ROLIM, 2021).

A adolescência, a partir da promulgação ECA, passa a dispor de uma legislação de proteção integral, a qual tem uma nova abordagem para esta política. A criança e o adolescente deixam de serem vistos como um problema a ser enfrentado sem a tutela do Estado, e passam a serem considerados sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento (LIMA; POLI & JOSÉ, 2017). A seguir, será descrita brevemente a trajetória dos estudos e leis sobre a adolescência.

⁷ De acordo com o Ministério da Saúde, através do “Marco Legal: saúde, um direito de adolescentes”. Disponível através do link: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf>.

2.1- Um breve apontamento sobre os estudos e a legislação da adolescência

Philippe Ariès foi um importante historiador medievalista, nascido na França. É considerado um autor de grandes obras, principalmente na área da família e infância. No início do século 19 na Europa, conforme Ariès (1978) relata, os adultos não davam importância para a vida das crianças. Eram ensinados aos adultos a não ficarem tristes caso uma criança não sobrevivesse os primeiros anos de vida, o qual acontecia principalmente por conta de a taxa da mortalidade infantil ser bastante alta naquela época. E um dos motivos dessa alta taxa de mortalidade era por falta de saneamento básico e as desigualdades sociais latentes.

As crianças que sobreviviam, de acordo com Ariès (1978), assim que começavam a serem mais independentes dos adultos, no caso de quando começam a saber se trocar, se alimentar, tomar banho, entre outros, eram consideradas como “mini adultos”. Pelo fato de não haver nenhuma legislação voltada para a proteção integral à criança e ao adolescente na época, isso se tornava um fator de risco e uma porta de entrada das crianças e adolescentes no mercado de trabalho informal, como mão de obra barata. Ao serem inseridas precocemente no mundo do trabalho, era levado em consideração a sua classe, visto que o tratamento para crianças de famílias nobres era diferenciado das crianças de famílias em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. No primeiro caso, a infância era apenas uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembranças: havia tantas crianças, cuja sobrevivência era tão problemática. (...) Não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem. Elas morriam em grande número (ARIÈS, 1978, p. 56-57).

Um detalhe importante da infância e da adolescência neste período na Europa, em conformidade com Ariès (1978), é sobre as questões das relações patriarcais de gênero, em que se apresentavam com menos nitidez nesta época, ao contrário de como essas relações se apresentam atualmente. A respeito sobretudo das vestimentas, mas isso apenas acontecia porque não tinha uma roupa específica para essa fase da infância, usava-se roupas que eram consideradas fora de moda ou que já não serviam aos adultos. Nessa época não tinha o que observa nos dias atuais, em que se designa a cor azul para os meninos e rosa para as meninas em suas vestimentas.

(...) a boneca não se destinava apenas às meninas. Os meninos também brincavam com elas. Dentro dos limites da primeira infância, a discriminação moderna entre meninas e meninos era menos nítida: ambos os sexos usavam o mesmo traje, o mesmo vestido. É possível que exista uma relação entre a especialização infantil dos brinquedos e a importância da primeira infância no sentimento revelado pela iconografia e pelo traje a partir do fim da Idade Média, A infância tornava-se o repositório dos costumes abandonados pelos adultos (ARIÈS, 1978, p.91-92).

De acordo com Faleiros (2011) e Rizzini (2011), no Brasil, desde a época do Brasil Colônia, a criança e o adolescente vêm sendo assistidos, mesmo que de uma forma precária. Essa assistência tinha uma grande influência da Corte de Portugal.

No Brasil Colônia, a assistência às crianças abandonadas, órfãs e pobres seguiu os moldes ditados pela Corte e adotados em Portugal, ou seja, era de responsabilidade das câmaras municipais, mas foi em grande parte assumida pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (FALEIROS, 2011, p.209).

Conforme Faleiros (2011), o período do Brasil Colônia foi uma época de desvalorização da criança e da sua existência e vida. As crianças e os adolescentes eram inseridos ao trabalho precocemente e eram explorados. As crianças e os adolescentes escravos eram vistos como uma mercadoria.

Após a independência do Brasil, no ano de 1822, ocorreram consideráveis mudanças em relação a assistências as crianças e os adolescentes. Rizzini (2011) destaca que as primeiras leis eram voltadas para o campo jurídico, devido a primeira lei penal do Império, o Código Criminal de 1830. A autora também expõe que nas primeiras décadas após a independência do Brasil, as leis criadas para o público infanto-juvenil são fundadas a partir da ideologia cristã, com o objetivo de amparar a infância desvalida e abandonada, praticando medidas de caráter essencialmente assistencial.

Rizzini (2011) afirma que nas duas primeiras décadas do século XX, foram criadas uma grande quantidade de leis voltadas para a tentativa de regular a infância. A autora também relata que a infância foi notoriamente “judicializada”, e é neste período que popularmente surge a categoria do “menor”, a qual é utilizada para categorizar a criança desvalida, delinquente, abandonada, entre outras.

A respeito dos anos 1923 a 1927, Rizzini (2011) aponta que foi o período de muitas leis, artigos, incisos, entre outros, sobre a organização da proteção e da assistência à infância e a adolescência abandonada. E justamente nesta época, é instituído o Código de Menores,

no ano de 1926. E em 1927 é consolidada as leis de assistência e proteção aos menores através do Decreto nº 17.943-A/27.

A legislação dirigida aos menores de idade vinha a legitimar o objetivo de manter a ordem almejada, à medida que, ao zelar pela infância abandonada e criminosa, prometia extirpar o mal pela raiz, livrando a nação de elementos vadios e desordeiros, que em nada contribuía para o progresso do país. Para atingir a reforma almejada para "civilizar" o Brasil, entendia-se ser preciso ordená-lo e saneá-lo. Designada como pertencente ao contingente de "menores abandonados e delinquentes" (portanto potencialmente perigosos), a população jovem que fugia aos mecanismos sociais de disciplina, foi um dos focos para a ação moralizadora e civilizadora a ser empreendida. Sob o comando da Justiça e da Assistência, julgou-se estar, desta forma, combatendo os embriões da desordem. Traços desta história assombram o país até os dias de hoje (RIZZINI, 2011, p. 139).

Este Código de Menores foi pautado com base a uma visão menorista e higienizadora, em que os considerados "menores irregulares" eram retirados das ruas e punidos nas casas de correção. De acordo com Faleiros (2011), a política para a criança e o adolescente deste período, se coloca como um problema no menor, e essa política possibilita dois encaminhamentos: o abrigo e a disciplina, a assistência e a repressão.

A política da infância, denominada "política do menor", articulando repressão, assistência e defesa da raça, se torna uma questão nacional, e, nos moldes em que foi estruturada, vai ter uma longa duração e uma profunda influência nas trajetórias das crianças e adolescentes pobres desse país (FALEIROS, 2011, p.57).

Em 1979 a partir da Lei nº 6.697/79, durante o período da ditadura civil-militar, ocorre uma alteração do Código de Menores, passa a aderir a proteção integral, porém permanecendo expressamente a doutrina da situação irregular do menor. A definição de situação irregular pode ser descrita através do texto de Faleiros (2011, p. 70):

O Código de 1979 define como situação irregular: a privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus-tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal.

A década de 80 é marcada por diversas mudanças nas legislações e uma grande alteração na história da infância e adolescência no Brasil, principalmente devido ao grande

movimento por parte da sociedade civil, o qual reivindicava a melhoria das políticas públicas e a ampliação de seus direitos. Em 1988 aconteceu a instauração da Constituição Federal, e com os demais eventos que ocorreram nesta época em prol dos direitos da criança e do adolescente, foram circunstâncias de suma importância para que estabelecesse uma política de garantia a proteção integral. Estes eventos também abriram caminhos para que posteriormente ocorresse a criação do ECA.

Vale ressaltar que teve um movimento social que foi de extrema importância para essa consolidação dos direitos das crianças e dos adolescentes, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR. As crianças e os adolescentes participaram de uma forma bastante ativa na construção de seus próprios direitos, juntamente com outros segmentos da sociedade civil. Agora as crianças e adolescentes apareceram como sujeitos de direitos, como cidadãos (FALEIROS, 2011).

Em 13 de julho de 1990 é realizada a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, marco legal de suma importância para a garantia de direitos contra a criança e o adolescente. É através do ECA que é instituindo a doutrina da proteção integral. O ECA revoga o antigo Código de Menores de 1979 quebrando com o paradigma do “menor” e a doutrina de situação irregular. E mesmo após de 32 anos de sua criação, o ECA continua sofrendo diversas tentativas de violações através de projetos de lei da Câmara e do Senado, principalmente quando o assunto é a respeito da redução da maioridade penal, a qual atualmente o Estatuto garante a imputabilidade aos adolescentes menores de 18 anos.

2.2 – Sistema socioeducativo e masculinidades

Para chegar na construção do sistema socioeducativo atual, foi necessário acontecer diversas alterações nas leis criadas para crianças e adolescentes que praticam ato infracional, desde a época do Brasil Colônia. No presente momento, a legislação base é a Constituição Federal, o ECA, a Resolução nº 119 (CONANDA) e a Lei 12.594. A Lei 12.594/12 regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), e o sistema executa as medidas socioeducativas que estão previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo ao total seis medidas socioeducativas. Estas medidas variam em relação a gravidade do ato infracional.

Art. 1º Esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. (BRASIL, 2012).

Apenas adolescentes são suscetíveis a aplicação das medidas socioeducativas, caso pratiquem algum ato infracional, porém em casos excepcionais as medidas socioeducativas podem ser aplicadas até os vinte e um anos. Isto ocorre quando um adolescente está próximo da maioridade penal e pratica um ato infracional, ou quando o adolescente acaba migrando de medidas. Por exemplo, o adolescente sai do meio aberto, da medida de liberdade assistida (LA), depois migra para o fechado (Internação), depois volta para o meio aberto e é liberado devido a esta liberdade compulsória aos 21 anos.

O Distrito Federal possui atualmente seis Gerências de Semiliberdade, quinze Gerências de Atendimento em Meio Aberto e nove Unidades de Internação⁸, sendo executadas pela Subsecretaria do Sistema Socioeducativo (SUBSIS), a qual é integrada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania (SEJUS).

A Unidade de Internação de Saída Sistemática do Recanto das Emas (UNISS), é uma das nove Unidades de Internação do DF. A UNISS foi o local onde realizei os estágios obrigatórios em Serviço Social e apresentei o projeto de intervenção, durante a disciplina de Estágio 2, no ano de 2019. Neste projeto de intervenção organizei um cine debate com convidados, os quais eram na época estudantes de graduação que estudavam sobre os temas abordados no projeto. Os temas debatidos foram: educação sexual, questão racial, paternidade na adolescência e masculinidades.

A UNISS, por ser uma unidade totalmente voltada para atendimentos aos adolescentes que estão no final de suas medidas, é considerada como uma Unidade pioneira⁹ por ser a única no país que possui este modelo. A sua estrutura é composta por Casas de Convivência, sendo ao total quatro casas. O atendimento da UNISS é destinado para jovens do gênero masculino, os quais são transferidos das demais unidades de internação do DF. As adolescentes cis e trans cumprem as suas saídas sistemáticas na Unidade de Internação Feminina do Gama (UIFG).

Alguns dos objetivos propostos no atendimento da UNISS incluem a reinserção comunitária dos jovens e a promoção de sua autonomia. A promoção de oficinas que debata assuntos relevantes, como a masculinidade tóxica e o feminicídio é de suma importância para a reinserção dos jovens na sociedade, visto que, infelizmente, casos de feminicídio vem aumentando cada vez mais.

⁸ Informações retiradas do site da Secretaria de Justiça do Distrito Federal, para mais informações acesse: <<http://www.sejus.df.gov.br/subsecretarias-2/>>.

⁹ De acordo com a antiga Subsecretaria de Políticas para Crianças e Adolescentes, disponível em: <<http://www.crianca.df.gov.br/uniss/>>.

Além disso, um outro motivo para estudar e debater sobre masculinidades e paternidade no sistema socioeducativo diretamente com os adolescentes é o fato de que, de acordo com o Levantamento Anual do SINASE do ano de 2017, 96% de quem integra o sistema socioeducativo são do gênero masculino, que em sua maioria são homens cis e heteros. É perceptível que as unidades do sistema socioeducativo são ambientes heteronormativos e que as expressões da masculinidade hegemônica são latentes, manifestadas de diversas maneiras, tanto pelos os servidores, pelo próprio sistema, quanto pelos socioeducandos.

Em novas oportunidades que retornei à UNISS como convidada, após o final do estágio obrigatório, para ser palestrante em oficinas promovidas pela unidade, tive a oportunidade de debater junto com os adolescentes sobre alguns temas pertinentes. Em uma das oficinas, o tema central foi sobre a masculinidade tóxica e suas expressões, porém também era previsto o debate da paternidade na adolescência e a violência contra a mulher na atividade.

Essa oficina possibilitou trocas significativas por parte dos adolescentes e dos servidores que estavam presentes e participando da atividade na Unidade. Um dos pontos que mais me chamou a atenção desta oficina foi perceber que a maior parte dos adolescentes, estes que fazem parte da geração dos anos 2000, possuem uma facilidade e abertura maior para conversar e se expressar com assuntos tais como masculinidades e a questão LGBTQIA+. De acordo com os próprios servidores da Unidade, debates como esses há alguns anos eram inviáveis, por não ter uma aceitação da própria instituição e dos adolescentes.

Uma observação realizada durante essas oficinas foi que principalmente os adolescentes, ao entrarem em contato com a temática, se sentiram afetados como se os assuntos que estavam sendo discutidos eram diretamente para eles, e não uma questão mais generalizada do papel de ser homem na sociedade. Devido a isto, identifiquei que este fato fez com que eles se expressassem mais, como uma forma de se justificarem que não são machistas. Porém, ao mesmo tempo que teve um sentimento de pertencimento para alguns, também ocorreu o distanciamento para outros. Analisando este episódio, esse distanciamento a princípio se deu pelo fato de que, para alguns a paternidade era algo que não estava em seus planos e que era assunto para pessoas mais velhas, sendo assim, esse debate deveria ser voltado apenas para esse segmento da população e não para eles. Novamente o sentimento que a atividade deveria ser voltada para o que sentem e vivenciam, e não algo mais geral que pode futuramente acontecer com eles, pessoas próximas ou na sociedade sem necessariamente ter uma ligação direta com eles.

As famílias da grande maioria desses jovens são classificadas como monoparentais femininas, poucos tem contato e convivem com seus pais ou tem uma figura masculina presente. Isto reflete demasiadamente quando se escuta de um adolescente que pelo fato de ter sido criado apenas por sua mãe, ele não crescerá com atitudes machistas.

No entanto, mesmo as Unidades de Internações serem ambientes que tem uma forte presença masculina, a presença da figura feminina é também intensa, tanto de suas mães quanto de suas companheiras. Já a figura paterna se apresenta mais ausente, porém não é considerada inexistente. Essa configuração familiar reflete, pelas próprias falas dos adolescentes, em sua forma de se relacionar com as mulheres.

2.3 – Impactos da masculinidade na adolescência

De acordo com Lasch (1991), a escola e a família se estabelecem como uma agência socializadora de transmissão de significado e de cultura para os adolescentes. As expressões das masculinidades são inseridas na vida dos adolescentes através das relações sociais e pelas experiências culturais, por meio dos espaços familiares e escolares (SANTOS, DINIS 2013). A escola tem um papel singular na construção da masculinidade, conforme relata Amaral e Bock (2021), devido ser o primeiro espaço de socialização dos adolescentes, depois do ambiente familiar.

E é por meio dessas agências socializadoras que o adolescente se insere em um processo social, onde aprende conteúdos que possam reproduzirem determinados tipos de comportamentos e valores. Tais comportamentos aprendidos pelos adolescentes são culturalmente considerados adequados para o seu gênero, que são pautados com base nos valores do sistema heteropatriarcal-racista-capitalista (SOUZA, ALTOMAR & ANFRINE, 2017). Neste espaço o adolescente se defronta diariamente com as possibilidades e contradições do ser homem (AMARAL & BOCK, 2021).

Ao pensarmos na escola como local de experiências fora do espaço doméstico, a reconhecemos como campo de possibilidades, construção, legitimação e ambientes onde adolescentes meninos encontram elementos que reforçam ou desconstruem o discurso hegemônico sobre o que é ser homem. g e sexualidade masculina, quer seja no espaço familiar ou escolar, mesmo que o discurso vigente seja heteronormativo, evidenciamos que os sujeitos estão diante de diferentes caminhos a serem percorridos, encontrando a sexualidade e gênero pré-determinado ou buscando por experimentação em caminhos diversos. Nesse sentido, afirmamos que, uma vez construídas e reconstruídas historicamente, as masculinidades não podem ser tomadas como realidades imutáveis e objetivas (SANTOS; DINIS 2013, p. 142).

Dessa forma, o conteúdo aprendido através dessas agências socializadoras são normalmente pautadas na ideia do adolescente torna-se homem, e não alcançando este objetivo, o coloca fora da “regra” do padrão hegemônico (SANTOS; DINIS 2013). Ser um adolescente fora da “regra” dentro do ambiente escolar desencadeia comportamentos negativos, podendo sofrer sanções e violências por parte de seus próprios colegas (AMARAL & BOCK, 2021).

Como já exposto, o padrão de homens que não se vincula ao da hegemonia, automaticamente são vinculados ao comportamento feminino ou homossexual. Desse modo, faz com que os adolescentes acreditem no fato de para serem considerados como homens de verdade, devem se afastar de tudo que faz referência as mulheres (AMARAL & BOCK, 2021). Na escola, mas não somente neste ambiente, conforme Santos e Dinis (2013) o comportamento homofóbico desencadeia rejeição entre os grupos sociais masculinos, contribuindo no quadro depressivo entre esses indivíduos.

Os discursos permitiram também perceber que a homossexualidade cumpre papel de ameaça à masculinidade hegemônica e que há um compromisso de dizer não a qualquer postura que negue a heterossexualidade, observando-se que a condição para se tornar homem é “não ser gay”. Isso sinaliza a necessidade de se repensar o conceito de práticas sexuais como “boas” e “más”, masculinidades “normais” e “anormais” e sujeitos “mais” ou “menos” masculinos e reforçam o desafio de se romper com o pensar do sexo como um vetor de segregação (SANTOS; DINIS, 2013, p.145).

De acordo com Amaral e Bock (2021), pesquisas que tem como objeto a masculinidade gay no ambiente escolar, apontam que há uma extensa rejeição à homossexualidade, partindo principalmente de pessoas do gênero masculino. Além de o ambiente escolar ter uma intensa vigilância à heterossexualidade, a qual é considerada como a única sexualidade natural. Essa vigilância faz com que os adolescentes sejam incentivados a corresponder ao padrão da masculinidade hegemônica, usando comportamentos homofóbicos como maneira de fortalecer a heterossexualidade normativa (SANTOS; DINIS, 2017).

Diante disso, Santos e Dinis (2017) descrevem que ao pensar na escola como espaço de experiências fora do ambiente familiar, pode percebê-la um ambiente de possibilidades, construção e legitimação onde adolescentes podem encontrar elementos que reforçam ou desconstruem o discurso hegemônico sobre o que é ser homem. A construção do masculino por parte das agências socializadoras, desencadeia sofrimento, conforme relata os autores. Sendo assim, os padrões hegemônicos promovidos pela masculinidade afetam negativamente a saúde mental dos adolescentes.

No próximo capítulo serão apresentados os resultados obtidos a partir da revisão sistemática, a qual foi a metodologia utilizada nesta pesquisa. Resultados estes que demonstram como o campo desta temática é escassa, e a dificuldade de analisar e debater este tema é uma realidade atual.

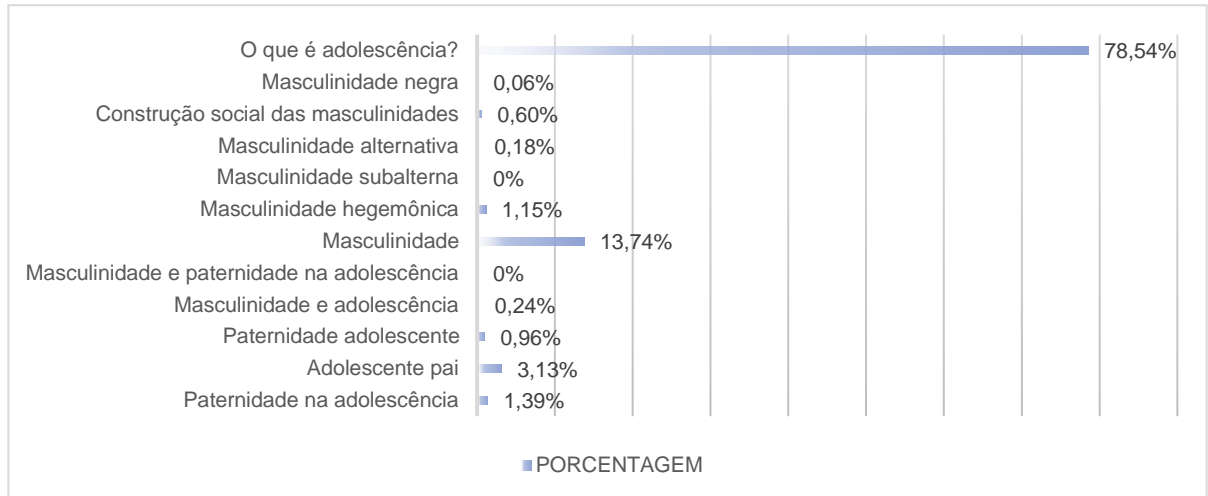
CAPÍTULO 3 – ENCAMINHOS DA PESQUISA: UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA

Os resultados da coleta de dados são alcançados através da busca na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Estes resultados são apresentados a partir de três etapas, baseadas a partir dos critérios de inclusão e exclusão. O critério de inclusão foi o escolhido a partir dos temas e assuntos dos estudos, sendo incluídos apenas os estudos que abordavam o tema pesquisado através das palavras-chaves, que serão apresentadas no tópico a seguir. O critério de exclusão foi baseado em: documentos em inglês, documentos que fugiam do tema pesquisado, documentos duplicados, documentos produzidos no período anterior ao ano de 2000.

A primeira etapa aponta os resultados obtidos na primeira busca sem o critério de exclusão e inclusão. A segunda etapa apresenta os resultados alcançados com os critérios de exclusão e inclusão. E a terceira etapa são os resultados adquiridos a partir dos documentos selecionados após os filtros.

3.1 Primeira etapa

Neste primeiro momento a busca na base de dados resultou em 1.659 documentos registrados, apresentados no Gráfico 1. Desse total, 23 (1,39%) documentos eram referentes à busca sobre “paternidade adolescente”, 52 (3,13%) sobre adolescente pai, 16 (0,96%) sobre “paternidade adolescente”, 4 (0,24%) sobre “masculinidade e adolescência”, 228 (13,74%) sobre “masculinidade”, 19 (1,15%) sobre “masculinidade hegemônica”, 3 (0,18%) sobre “masculinidade alternativa”, 10 (0,60%) sobre “construção social das masculinidades”, 1 (0,06%) sobre “masculinidade negra” e 1.303 (78,54%) sobre “o que é adolescência?”. As palavras-chaves “masculinidade e paternidade na adolescência” e “masculinidade subalterna” não obtiveram nenhum resultado. Nesta análise o único critério utilizado foram as palavras-chaves e o período dos anos.

Gráfico 1. Primeiros resultados da busca sem critérios de inclusão e exclusão

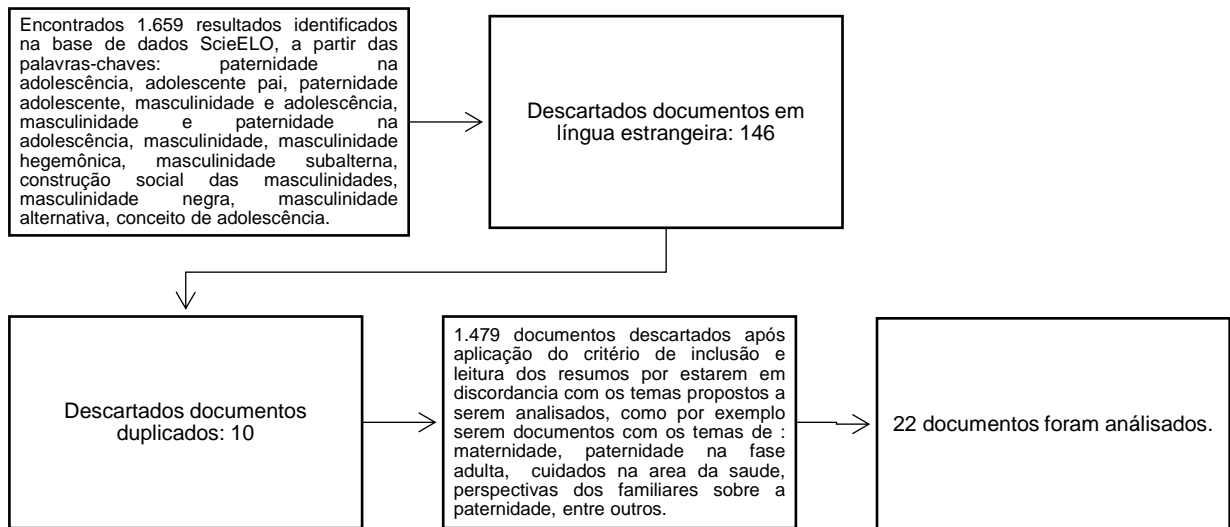
Fonte: elaboração própria.

3.2 Segunda etapa

Desses 1.659 resultados encontrados inicialmente, 146 (8,80%) foram descartados por estarem em língua estrangeira, sendo 1 (0,06%) documento em francês, 3 (0,18%) em espanhol e 142 (8,55%) em inglês. Também 10 (0,60%) documentos foram descartados após serem retirados os resultados duplicados.

Quando foi realizada a aplicação do critério de inclusão e leitura dos resumos, foram descartados mais 1.479 (89,15%) documentos, por estarem em discordância com os temas pesquisados através das palavras-chaves. O objetivo era incluir apenas documentos que abordassem o conceito e a construção social das masculinidades, das adolescências e das paternidades. Diante disso, documentos que abordavam determinados temas foram descartados, como por exemplo: violência sexual contra crianças e adolescentes; estudos sobre acidente vascular com crianças e adolescentes; excesso de peso na adolescência; cuidado paterno referente a apenas pais adultos; atividade física e adolescência; estudos de caso com profissionais de saúde e usuários homens; homens na docência; homens e doenças; consumo de álcool entre jovens e masculinidades; masculinidade e trânsito; estudos sobre homens idosos; autismo e adolescência; gravidez na adolescência na perspectiva da mãe ou familiares; estudos focados em técnicas da terapia ocupacional, psicologia e enfermagem; entre outros. Restando então 22 (1,32%) documentos para a análise e coleta de dados.

Gráfico 2. Fluxo de estudos realizado por meio da revisão sistemática.



Fonte: elaboração própria.

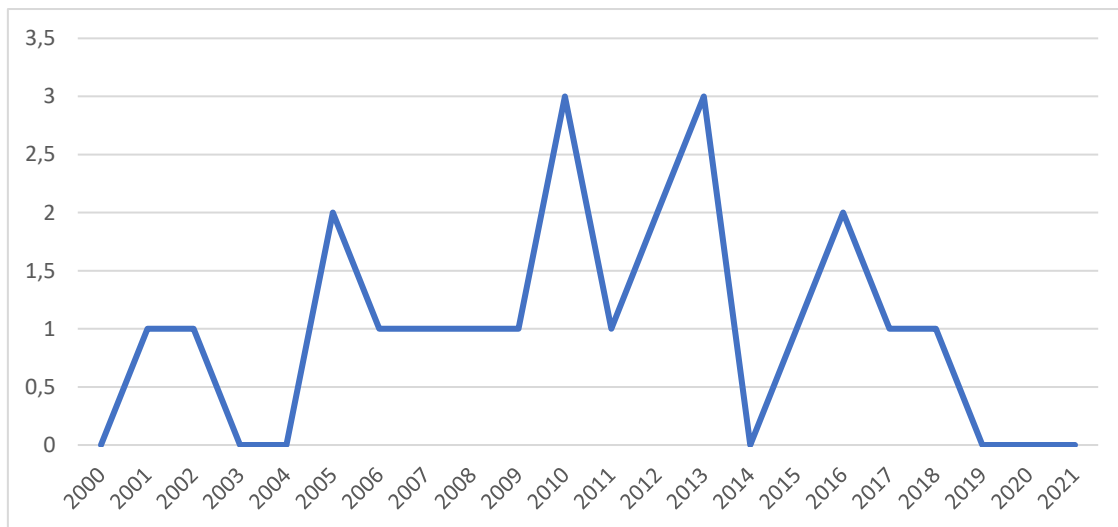
A maior parte das exclusões dos documentos realizadas foi devido os resultados encontrados estarem atrelados a outros conteúdos, dos quais não estavam sendo previstos serem analisado nesta pesquisa. Ao serem pesquisadas as seguintes palavras-chaves “paternidade na adolescência”, “adolescente pai”, “paternidade adolescente”, foram encontrados nos registros das buscas um total 11 documentos que abordavam em seu título e corpo do texto assuntos a respeito da maternidade. Isso se resulta pelo fato que no corpo dos textos sobre maternidade, incluía alguma palavra ou frase sobre paternidade, como por exemplo: “a ausência paterna no processo da gravidez”. Por isso, ao pesquisar as palavras-chaves sobre paternidade, esses textos com tema sobre maternidade foram incluídos pelo sistema da base de dados no resultado da busca.

3.3 Terceira etapa

Através dessa coleta de dados e da revisão bibliográfica, percebe-se a baixa de produção científica sobre este tema, o que dificultou a análise dos dados. Nenhum dos documentos selecionados abarcava o tema da masculinidade e paternidade da adolescência juntos, abordavam ou sobre a paternidade na adolescência, ou apenas sobre masculinidade, separadamente. Esse dado reflete sobre a urgente necessidade de realizar estudos e pesquisas sobre esses temas juntos, para que seja possível a compreensão desta realidade.

É possível observar no Gráfico 3, a incidência dos documentos selecionados para a análise por ano. Os anos de 2010 e 2013 possuem um número maior de produção (13,63%), sendo produções voltadas para as temáticas da paternidade na adolescência (Luz e Berni 2010; Henn e Piccinini, 2013), conceito de masculinidade (Connell e Messerschmidt, 2013), masculinidade negra (Souza, 2010) e estudos sobre a adolescência (Barbosa e Wagner, 2013; Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvaes, 2010).

Gráfico 3. Incidência dos documentos selecionados por ano



Fonte: elaboração própria.

A respeito dos temas, foram separados a partir dos objetivos dos documentos, os quais são: vivência da paternidade na adolescência (Corrêa et. al, 2016; Henn e Piccinini, 2013; Luz e Berni, 2010; Orlandi e Toneli, 2008, Levandowski, 2001); percepção da família do pai adolescente (Meincke e Carraro, 2009), adolescentes em situação de vulnerabilidade e paternidade (Jager e Dias, 2015; Almeida e Hardy, 2007), pais adolescentes e adultos (Levandowski e Piccinini, 2002); masculinidade adolescente (Vasconcelos et.al, 2016); masculinidades negras (Pinho, 2005; Batista, 2005); conceito e construção social da masculinidade (Gomes, 2006; Connel e Messerschmidt, 2013); gênero e masculinidades (Eccel e Grisci, 2011; Souza, 2010); adolescência e juventude (Ponciano, Marques e Soares, 2012); estudos sobre adolescência (Barbosa e Wagner, 2013; Presti, 2012; Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvaes, 2010; Oliveira e Hanke, 2017; Souza e Silva, 2018).

Os documentos selecionados foram utilizados para compreender como que a literatura aborda estes temas, e também foram utilizados no corpo de texto dos demais capítulos deste trabalho. A falta de interlocução entre os temas e a baixa produção são resultados encontrado a partir desta busca. É possível afirmar que estes estudos são recentes, sendo o mais antigo

produzido no ano de 2001. Além disso, alguns dos documentos foram utilizados nos capítulos de revisão bibliográfica, como por exemplo documentos produzidos por Connel e Msserschmidt (2013), utilizado no Capítulo 1. Jager e Dias (2015) e Levandowski (2001), utilizados no Capítulo 4. E Almeida e Hardy (2007) utilizado nas considerações finais.

O próximo capítulo irá introduzir a forma como a literatura vem abordando o estudo das paternidades. É apresentado os conceitos de paternidade e também os estudos a respeito da vivência da paternidade na adolescência.

CAPÍTULO 4 – ESTUDOS SOBRE A PATERNIDADE

O campo que se refere aos estudos relacionados à paternidade cisgênero possuem uma imensa carência, principalmente se forem comparados aos estudos sobre maternidade. Porém, o conceito da paternidade está constantemente em transformação, se resignificando ao longo dos anos (BERNARDI, 2017), devido as mudanças que ocorrem nos contextos sociais e culturais de cada sociedade.

O conceito de paternidade tem se modificado ao longo das épocas, refletindo as alterações no contexto socioeconômico e cultural das sociedades. A observação do exercício da paternidade, sob o enfoque histórico, demonstra que as características dos papéis e interações familiares sofreram transformações na sociedade ocidental, desde o modelo patriarcal, entendido como um sistema de organização familiar centrada na figura masculina (NARVAZ & KOLLER, 2006 apud SOUZA & BENETTI, 2009, p.97).

De acordo com Bernardi (2017), ao longo dos anos, o homem foi apontado sendo como o principal responsável pelo provimento das necessidades financeiras do ambiente familiar, se restringindo a apenas esta atividade externa. Já a mulher, se destinava apenas as obrigações domésticas e o cuidado com os filhos devido a maneira que era organizado as relações patriarcais de gênero. O sistema heteropatriarcal-racista-capitalista se organiza tradicionalmente com a mulher ocupando um papel de subordinação em relação aos homens e isto reflete diretamente na definição e na forma de expressar o papel social de ser mãe, ser pai, ser filho, ser homem e ser mulher, em virtude da estrutura social familiar determinada pela sociedade patriarcal (STAUDT E WAGNER, 2008).

Staudt e Wagner (2008), afirmam que é fundamental mencionar as constantes alterações do papel social feminino das últimas décadas e como que essas mudanças influenciam nas relações atuais. O movimento feminista proporcionou diversas transformações sociais em prol dos direitos das mulheres. Um dos frutos da luta feminista, conforme afirmam as autoras, foi a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Essa alteração possibilitou uma importante modificação na estrutura familiar tradicional, podendo ter uma abertura sobre a revisão dos papéis sociais da família, principalmente o da mulher.

Podemos considerar que a entrada das mulheres no mercado de trabalho, de alguma maneira, impulsionou e favoreceu a ampliação do envolvimento dos homens na esfera doméstica e no cuidado com os filhos, abrindo a possibilidade de novas formas de interação entre homens e mulheres, e, conseqüentemente, entre pais e filhos (LAMB, 1986 apud STAUDT e WAGNER, 2008, p. 178).

Diante disso, a paternidade na contemporaneidade começa a evoluir e se ressignificar dentro de um sistema heteropatriarcal-racista-capitalista, se apresentando ao contrário da história tradicional. Introduce uma nova manifestação em relação a paternidade, de um “novo pai”, sendo este mais participativo e envolvido na criação afetiva dos filhos (STAUDT e WAGNER, 2008). O perfil deste “novo pai”, de acordo com Parceval (apud FONSECA, 1997) é resumidamente “um jovem, na faixa etária entre vinte e trinta e cinco anos”.

Dessa maneira, começa a ser vendida uma nova imagem da paternidade, por exemplo através da mídia, nos filmes, nas novelas, nos anúncios, nos jornais, entre outros. Contudo, é importante destacar que esta concepção não é vivenciada em todos os contextos sociais e familiares apenas porque começou a ter mais visibilidade midiática. Há ainda uma grande quantidade de crianças que não tem em sua certidão de nascimento o registro do pai, ou que tem a presença do pai, porém apenas em questões financeiras. O cuidado ainda é culturalmente destinado à figura materna.

A respeito desta nova concepção sobre a paternidade, Souza e Benetti (apud SILVA e PICCININI, 2004) afirmam que “está mais presente no discurso dos estudiosos e da sociedade em geral do que inserida como prática no seio familiar”. Os valores e as crenças propagados pelo sistema heteropatriarcal-racista-capitalista e pela masculinidade hegemônica não são alterados de repente.

As mulheres continuam a assumir, desproporcionalmente, grande parte das responsabilidades familiares, especialmente aquelas referentes aos filhos, e os pais continuam responsáveis primários pela manutenção material do lar (RAPOPORT, 1990 apud FONSECA, 1997, p.40).

4.1– Exercício da paternidade na adolescência

Do mesmo modo em que a paternidade no período da fase adulta é pouco examinada no meio acadêmico, a paternidade na adolescência vivencia o mesmo obstáculo na literatura nacional. Ao longo dos últimos anos, devido a concepção de um “novo-pai”, conforme já exposto, a literatura começou se interessar mais sobre o papel e o desenvolvimento da paternidade, porém de forma tímida. Todavia, quando é feito o recorte da paternidade na adolescente, esse campo de estudo se torna mais escasso (FONSECA, 1997; LEVANDOWSKI e PICCININI, 2004).

Levandowski e Piccinini (2004), a respeito dos estudos realizados no exterior, afirmam que poucos pesquisadores têm demonstrado interesse ao tema e apontam que a maioria dos estudos sobre paternidade na adolescência foram realizados nas décadas de 70 e 80. Ainda

reiteram que sobre os estudos no Brasil, a situação não se difere, tendo uma bibliografia nacional escassa.

Conforme exposto no capítulo anterior, a adolescência é um período de diversas transformações em relação a identidade do adolescente, as mudanças físicas, o modo de se comportar, entre outros. Quando o adolescente se torna pai, essas transformações passam a ter um teor mais intensificado, principalmente em relação aos padrões das masculinidades. Conforme aponta Levandowski (2001), a paternidade na adolescência passa a ser uma consolidação dos valores impostos das relações patriarcais de gênero.

Para Testa (apud Fonseca, 1997) “a década de 70, nos Estados Unidos, a maternidade e a paternidade eram, e ainda são, vistas como um problema de saúde pública. O objetivo naquela época era de que as taxas de gravidez na adolescência iriam reduzir através da educação sexual e ao acesso de métodos contraceptivos. Porém, a redução da gravidez na adolescência nos Estados Unidos não tem sido consideráveis desde os anos 70”.

É de suma importância destacar como a sociedade se apresenta perante a paternidade e a maternidade na adolescência. De acordo com Fonseca (apud LEVANDOWSKI, 2001) “é como se existisse um silêncio da sociedade em relação à paternidade na adolescência, visto que esta não oferece uma estrutura básica para o pleno exercício da paternidade, o que ocasiona uma dificuldade para o adolescente assumir o seu papel de pai”.

A paternidade na adolescência é vista na concepção da masculinidade hegemônica como um fator que possibilita intensificação da virilidade. Ser pai durante a adolescência faz com que o jovem passe a ser visto com um novo olhar, além de adquirir novas responsabilidades. É como se adquirisse um “status” de adulto, tão almejado por alguns adolescentes.¹⁰

Para que seja possível analisar a paternidade na adolescência de maneira crítica, é necessário realizar um recorte de classe e raça, uma vez que em cada contexto social e cultural, os papéis são definidos diferentemente, sobretudo devido à expectativa que se tem do papel social do adolescente na sociedade. A vivência da paternidade para um adolescente de classe média é de longe diferente da vivência da paternidade para jovens periféricos.

¹⁰ Quando o projeto de intervenção do estágio obrigatório em Serviço Social foi implementado na UNISS, pode-se observar alguns exemplos desse “novo olhar” que se tem com o adolescente pai. Um exemplo é o comportamento entre os próprios adolescentes. Quando um deles se torna pai, é perceptível a mudança de comportamento que os outros tem como ele, passa a ser visto como mais responsável, pois agora é pai. O comportamento do adolescente com a equipe técnica se altera também, pois sua demanda principal agora é conseguir uma vaga de emprego, para que possa conquistar o status de provedor.

Sendo assim, a paternidade na adolescência é vivenciada de acordo com a cultura, e normalmente está associada a valores e sentimentos (BUENO et al., 2012).

As relações familiares e os projetos de vida que os pais têm, se alteram em cada contexto. De acordo com Fonseca (1997), o projeto dos pais de classe média, é voltado para que os filhos tenham o foco nos estudos, encontrem uma boa colocação profissional, e após se estabelecerem no mercado de trabalho é que podem se casar, e se possível com alguém da mesma classe social. Seria este o modelo ideal da transição da adolescência para a vida adulta, tanto para a família quanto para as instituições sociais.

No entanto, esse modelo ideal nem sempre ocorre de maneira similar em todos os processos de transição do adolescente para a vida adulta, em conformidade com o que Fonseca (1997) relata. De acordo com o autor, para a população classe média, este modelo ideal seria seguido de maneira rigorosa. Já para a população periférica, essa transição para a fase adulta pode ocorrer diversas circunstâncias que o façam vivenciar situações que dificultam a efetivação deste modelo, como por exemplo a evasão escolar e a necessidade de se inserir o mais rápido no mercado de trabalho. Essas situações não estão previstas para o modelo ideal de transição.

Uma das preocupações e sentimentos que um pai adolescente de classe social popular vive é a respeito da responsabilização econômica, conforme relata Dias & Jager (2015). Um de seus objetivos passa a ser a inserção no mercado, e se caso não cumpra isto o seu status de virilidade é rompido. Contudo, para um adolescente de classe média/ alta essa preocupação financeira não existe, já que em sua grande maioria as responsabilidades econômicas continuam sendo providas por seus pais.

Bueno et al. (2012) aponta que as pesquisas realizadas com pais adolescentes sinalizam que a principal transformação sucedida no exercício da paternidade foi a introdução no mercado de trabalho, por considerarem o trabalho sendo fundamental para que possa cumprir os compromissos paternos financeiros. O trabalho se apresenta como um fenômeno essencial para que possa ser realizada a transição para a vida adulta, principalmente nos casos de pais adolescentes periféricos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho pôde-se observar como foi a construção social das masculinidades, o sistema de hierarquização e as disputas de poder dentro da masculinidade hegemônica e como que o sistema heteropatriarcal-racista-capitalista se beneficia disto, através dos/as autores/as que estudam sobre estas temáticas. Também foi possível identificar que mesmo existindo um modelo de dominação masculina patriarcal, os homens não usufruem igualmente deste poder, devido as desigualdades sociais, raciais e sexuais e reivindicam a mudança deste sistema.

Pôde-se constatar que o modelo hegemônico da masculinidade influencia a vida dos homens desde a infância, através das agencias socializadoras, principalmente no âmbito familiar e escolar. E que a depender da cultura, da classe e da raça (dimensões determinantes), a vivência da adolescência e da masculinidade se alteram, sendo consideradas como múltiplas e diversas.

A masculinidade e a paternidade formam um par de reforço mútuo, em razão do que se espera socialmente de um homem. Ao se tornar pai é esperado que este seja um pai provedor, protetor, responsável, basicamente um bom pai. E com isso, possibilita que seja consolidado o modelo de poder e autoridade desenvolvido pelos homens (NOLASCO, 1993).

Este modelo de poder masculino é o que se ensina aos meninos desde a infância, são ensinados determinados valores para que eles sejam considerados como homens. Porém, conforme o exposto, se esse menino é negro e pobre essa modelo se torna, via de regra, inalcançável. Há, então, uma condição de vulnerabilidade dos adolescentes para a masculinidade, sendo incorporado desde muito cedo papéis de dominação para deixe de ser considerado como criança e passe a ser considerado como adulto. Ao ser pai, o adolescente se insere no mundo dos adultos e fortalece a sua masculinidade (ALMEIDA e HARDY, 2007).

Com base no levantamento de dados a partir da revisão sistemática, é possível afirmar que o tema da paternidade na adolescência é recente e pouco pesquisado. A respeito da masculinidade, há uma grande quantidade sobre a masculinidade na fase adulta, mas quando pesquisado sobre a masculinidade na adolescência os resultados são baixos, apenas 0,24% em relação a todos os documentos encontrados. Há diversos estudos sobre gravidez na adolescência, todavia, ainda é retratado mais sob o ponto de vista da mulher, deixando em falta a abordagem do pai (LYRA e MEDRADO, 1997).

Perante o exposto e a partir da revisão bibliográfica realizada, é possível confirmar a hipótese de que existe uma forte influência da masculinidade no comportamento e nas relações sociais dos adolescentes. E que é provado um desejo de se tornar logo adulto, e através da paternidade pode alcançar os valores da hegemonia. Contudo, é necessário também considerar que os adolescentes vivenciam a sexualidade e que podem querer ser pais por outros determinantes. Sendo assim, o pensamento de que a gravidez na adolescência é um problema social, precisa ser repensado.

No decorrer deste trabalho foi possível perceber alguns limites, como o fato de não ter uma interlocução entre os temas de masculinidade e paternidade na adolescência nas pesquisas. Ser uma área recente, resultando em uma baixa produção científica, além de ter poucos autores/as principais nesse debate. E também, o fato de alguns estudos que abordam sobre a paternidade na adolescência, não incluírem como objeto da pesquisa os pais adolescentes, e sim terceiros, como por exemplo os familiares e a sua respectiva visão sobre a paternidade na adolescência.

Diante disso, é fundamental que tenha uma ampliação no acesso às informações já existentes, a respeito dos direitos sexuais, das políticas e programas de saúde, para os adolescentes. É imprescindível que haja uma continuação de pesquisas e projetos que abordam esta temática, e que ofereçam uma maior visibilidade para a vivência dos pais adolescentes. Dessa forma, constitui e fortalece mecanismos e ambientes que possibilitam uma revisão das formas de manifestar a masculinidade, a sexualidade e a paternidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL; Marcos Martins; BOCK, Ana Mercês Bahia. Significações de jovens gays ricos e pobres sobre a masculinidade na escola. Olhares: **Revista Do Departamento De Educação Da Unifesp**, 9(2), 176–196, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/11103>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1978.

BERNARDI, Denise. Paternidade e cuidado: “novos conceitos”, velhos discursos. **Psicologia Revista**, 26(1), 59–80, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/28743>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BUENO, Maria Emilia Nunes et al. Paternidade na Adolescência: A Família como Rede Social de apoio. Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/RwBB5wrSW6V76bccqFJ6gWj/?lang=pt>>. Acesso em: 27 nov. 2021.

BRASIL. **Lei 8.069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____, **Lei 12.594**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____, **Lei 12.852**. Institui o Estatuto da Juventude. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 10 set. 2021.

CARVAJAL, Guillermo. **Tornar-se adolescente**: a aventura de uma metamorfose: uma visão psicanalítica da adolescência. São Paulo. Cortez, 1998.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social** - São Paulo: Cortez, 2018. - (Biblioteca básica de serviço social; v. 8).

CONNELL, Raewyn W; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 21(1): 241-282 - janeiro-abril. 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

DANTAS, Fabiana de Souza e Silva; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v.23, n.3, p.593-606, set. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 out. 2021.

FERREIRA, Marcella dos Santos. **MOIÔ, MINHA MINA TÁ GRÁVIDA**: investigação sobre as potencialidades do uso de material audiovisual como disparador de discussões sobre paternidade com adolescentes-pais em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. São Sebastião do Paraíso, 2019. Disponível em: <<http://dSPACE.nead.ufsj.edu.br/trabalhospublicos/handle/123456789/447>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FERREIRA, Teresa Helena Schoen; FARIAS, Maria Aznar; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 set. 2021.

FREITAS, Marcel de Almeida. Masculinidade Hegemônica na cultura Brasileira. **Revista de Psicologia**, V.20, p. 28-41. Fortaleza. 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/11236>>. Acesso em: 11 ago. 2021.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. 2º ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1738>>. Acesso em: 17 set. 2021

FONSECA, José Luiz Cardoso Lyra da. **Paternidade adolescente: uma proposta de intervenção**. São Paulo, 1997.

JAGER, Márcia Elisa; DIAS, Cristina Garcia. A Paternidade na Percepção de Adolescentes de Classes Populares. **Psicologia: ciência e profissão**, 2015, 35(3), 694-710. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/7GtC8RXjXsjMFPhdzrKPW6f/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. Estados Unidos, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/B5NqQSY8JshhFkpgD88W4vz/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2021

LARANJEIRA, Ana Carla Nascimento; OLIVEIRA, Meydson Felipe da Silva; ROLIM, Julianne Milenna Padilha. Adolescência: um estudo de revisão bibliográfica voltado para uma perspectiva entre sexualidade e masculinidade atrelado a vulnerabilidade social. RECIMA21 - **Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, 2(6), e26450, 2021. Disponível em: <<https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/450>>. Acesso em: 17 set. 2021.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. **Paternidade na adolescência**: uma breve revisão da literatura internacional. 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/epsic/a/kK7yzVfzJWPjQSvxCr3t3r/?lang=pt>>. Acesso em: 30 nov. 2021

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro; PICCININI, Cesar A. Paternidade na adolescência: aspectos teóricos e empíricos. **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 14(1), 49-62, 2004.

LIBARDI, Suzana Santos; CASTRO, Lucia Rabello. Violências “sutis”: jovens e grupos de pares na escola. Rio de Janeiro, Fractal, **Rev. Psicol.**, v. 26 – n. 3, p. 943-962, Set./Dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/jhXbVMSyzGVCMY4mwtKyBXQ/?lang=pt>>. Acesso em: 11 dez. 2021.

LIMA, Renata Mantovani de; POLI, Leonardo Macedo; JOSÉ, Fernanda São. A evolução Histórica dos Direitos da Criança e do Adolescente: da insignificância jurídica e social ao reconhecimento de direitos e garantias fundamentais. **Rev. Bras. Polít. Públicas** (Online), Brasília, v. 7, nº2, 2017, p. 313-329. Disponível em: <<https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4796>>. Acesso em: 12 set. 2021.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NKOSI, Deivison. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo in: *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay*. – 1. Ed. – São Paulo: **Cultura Acadêmica**, 2014. Disponível em: <<https://deivisonnkosi.com.br/artigos/masculinidades/masculinidades-negras/>>. Acesso em: 30 out. 2021.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. **Paternidade na adolescência: Para além da prevenção**. 1997.

SALGUEIRO, José Estevam. Homossexualidade masculina: comportamento, orientação e identidade. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v.18, n.1, p.60-74, abr. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872016000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 ago. 2021.

SANTOS, Welson Barbosa; DINIS, Nilson Fernandes. Adolescência Heteronormativa masculina: entre a construção “obrigatória” e a desconstrução necessária. **OPIS**, Catalão, v. 13, n. 2, p. 129-149 - jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10475>>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SANTOS, Welson Barbosa; DINIS, Nilson Fernandes. Violência e risco de suicídio na construção das masculinidades adolescentes. **Cadernos Pagu** (52), 2018:e185218, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/VsxkTpTQNZwcSqrGVNSNk7x/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SARTI, C. A. (2013). Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos De Pesquisa**, (64), 38–47. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1182>>. Acesso em: 17 out. 2021.

SOUSA, Livia Aparecida de Almeida. **Alunos Corroborando a Construção da Masculinidade Hegemônica no Discurso Escolar**. Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. - **Paternidade contemporânea**: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007 - *Paidéia* (Ribeirão Preto); 19(42); 97-106; 2009-04. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/bjK5v5jds4JRtLQ8jJrcpfv/?lang=pt>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

SOUZA, Maria Danielly Franchini de; ALTOMAR, Giovana; MANFRIN, Silva Helena. **A Construção Social da Masculinidade**. 2017. Disponível em: <<http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/6227>>. Acesso em: 22 jul. 2021

SOUZA, Rolf Malungo de. Falomaquia: homens negros e brancos e a luta pelo prestígio da masculinidade em uma sociedade do Ocidente. **Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia**, (34), 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41516>>. Acesso em: 29 out. 2021.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. As Representações do Homem Negro e suas Conseqüências. **Revista Fórum Identidades**, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/forumidentidades/article/view/5500>>. Acesso em: 29 out. 2021.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Paternidade em tempos de mudança. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo, v.10, n.1, p.174-185, jun. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 nov. 2021.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1467-8551.00375>>. Acesso em: 3 jan. 2022.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. "Discursos sobre a masculinidade". **Revista Estudos Feministas**, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, p. 91- 112, 1998. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12036>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193 – 198, jan./jul. 2011. Disponível em:<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/7375>>. Acesso em: 5 ago. 2021.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes; CONRADO, Mônica. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. **Rev. Estud. Fem.** 25 (1) • Jan-Apr 2017. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/ref/a/vsHz8PqZKCNyFcV8CNQ7Cfv/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 30 out. 2021.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSA, Walter. **Observando uma masculinidade subalterna: homens negros em uma "democracia racial"**. Trabalho apresentado no ST 18 A questão racial no Brasil e as relações de gênero O Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos, UFSC, 28, 29 e 30 de agosto de 2006.

VASCONCELOS; Anna Carolina de Sena; MONTEIRO, Rosana Juliet Silva; FACUNDES, Vera Lúcia Dutra; TRAJANO, Maria de Fátima Cordeiro; GONTIJO, Daniela Tavares. Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. **Saúde soc.** 25 (1) • Jan-Mar 2016. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/DFdjy6ZkvLxTTVP8YBzPfVG/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 3 de nov. 2021.